



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Fase 1_Relatório de Definição de Âmbito

Formulário de Consulta às ERAE

Avaliação Ambiental Estratégica da 2rPDM_ViladoPorto

| Formulário de Participação

No processo de AAE da 2rPDM_ViladoPorto considera-se fundamental assegurar uma adequada participação de todas as partes interessadas no processo. Nesse sentido, apresenta-se um modelo de formulário para apoiar o tratamento e análise das observações e contributos sobre o Relatório de Definição de Âmbito (RDA) da AAE submetida a consulta das autoridades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Plano.

Parecer emitido por: Divisão de Ordenamento e Sistemas de Informação

Entidade: Direção Regional dos Recursos Florestais

Responsável pelo preenchimento: Eng.º João Luís Pacheco – Dr.ª Mafalda Soares

Telefone: 296204600

E-mail: info.drrf@azores.gov.pt

Data: 08/03/2024

I – Quadro de Referência Estratégico (Capítulo 4 do RDA)

Para a definição do quadro de referência estratégico da AAE foram analisadas as políticas, planos e programas nacionais, regionais e locais pertinentes para a avaliação. Pretenderam identificar-se potenciais sinergias e/ou conflitos da 2rPDM_ViladoPorto com estes referenciais, verificando-se a coerência entre os objetivos de sustentabilidade estabelecidos nesses documentos estratégicos e os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto.

Comentários Gerais

Na análise ao Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da 2rPDM_VP, verifica-se que este documento encontra-se bem estruturado. Contudo, pensamos que não aborda os eventuais efeitos ambientais significativos das possíveis alterações de uso do solo florestal, Desflorestação, que certamente ocorrerão, como tem sido apanágio na dinâmica do território do concelho, se o Regulamento do Plano não prever condicionantes e interdições para essas ações. Pelo que, propomos que sob o ponto de vista do Desenvolvimento Sustentável, que esta questão das alterações de uso do solo de Floresta em outros fins (Desflorestação), seja avaliada e consequentemente elaboradas propostas de medidas de mitigação.

Observações e sugestões específicas

	Observação	Sugestões de melhoria
Tabela 3.2 Articulação entre os objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico	Esta análise é efetuada na Tabela 4.2, Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_VP e o QRE.	Considerando as estratégias temáticas de proteção do solo da União Europeia (ETPS da UE) e a nível nacional o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, entende-se que o objetivo da alínea c) deve estar interligado com o estabelecido nesses documentos, dado que se tratam de documentos que estabelecem medidas com implicações económicas em diversos sectores, nomeadamente florestais. Propomos que o objetivo da alínea e) do QRE inclua também o combate à desflorestação (de acordo com o Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023) salvaguardando as condicionantes à alteração de uso do solo.
Tabela A02_1 (ANEXO_02) Quadro de Referência Estratégico da AAE da 2rPDM_ViladoPorto	O ANEXO_02 é referente à Consulta a Entidades. A Tabela A01.1 apresenta o referencial estratégico, Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_VP. Não há referência à Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030, que considera as florestas e o sector florestal um fator essencial para a transição na Europa para uma economia moderna, com impacto neutro no clima, eficiente em termos de recursos e competitiva.	Propomos aditar na Tabela A01.1 referência Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030. De acordo com disposto no Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023, que estabelece as diretrizes relativas à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal, que entre outras matérias regulamenta que os produtos cuja procedência esteja associada a deflorestação ou a degradação de terrenos florestais não podem ser colocados no mercado a partir de 30 de dezembro de 2024, sendo que os produtos de origem animal tais como a carne de bovino, as peles e/ou outros produtos derivados, não poderão ser comercializados se a criação do gado é efetuada em terrenos (parcelas agrícolas) que foram objeto de desflorestação após 31 de dezembro de 2020. Assim, propomos aditar na Tabela A01.1 o Regulamento (UE) 2023/1115 do

Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023, uma vez que consideramos que é de extrema responsabilidade social, ambiental e económica incorporar as medidas de combate à desflorestação ou degradação florestal nos instrumentos de gestão territorial.

Propomos que a referência à Estratégia Florestal dos Açores, inclua indicação do seguinte: "(Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro)".

Apesar do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores (RNCA) ainda não ter sido aprovado pelo Conselho de Governo, pensamos que poderia ser ponderada a sua inclusão, pois já foram apresentados os resultados do RNCA. Considerando que o RNCA pretende *“traçar uma visão estratégica clara e as várias possíveis trajetórias custo-eficazes, tecnologicamente exequíveis e economicamente viáveis, em diferentes cenários coerentes de desenvolvimento económico e demográfico, para que a Região atinja a neutralidade carbónica da economia açoriana em 2050, que se deverá traduzir num balanço neutro entre as emissões de gases de efeito estufa e o sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas”*, será fundamental a sua inclusão no planeamento dos próximos instrumentos de gestão territorial.

II – Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade (Capítulo 5 do RDA)

O Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e as respetivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, fazem referência genérica a um conjunto de temas ambientais a considerar na avaliação dos eventuais efeitos significativos do plano/programa objeto de uma AAE. O ajustamento destes temas face à natureza e conteúdo da 2rPDM_ViladoPorto e do Quadro de Referência Estratégico identificado resultou na proposta de um conjunto de fatores de sustentabilidade, bem como dos respetivos critérios de avaliação, objetivos e indicadores, que permitirá estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica do plano.

Comentários Gerais

Considerando a importância dos espaços florestais e agroflorestais, deverão ser acauteladas e condicionadas com normativos as alterações de uso de solo no concelho de Vila do Porto, prevendo a manutenção dos espaços pré-existentis e o delineamento de novas áreas florestais e agroflorestais.

Relativamente à floresta endógena e de produção, alerta-se para a tendência de alteração do uso do solo para pastagens, o que contribui para a perda de área florestal cuja resolução é demorada e complexa.

É de todo o interesse a manutenção das áreas florestais e agroflorestais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, permitindo um maior sequestro de carbono, com capacidade de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas, aumentando a sustentabilidade económica, social e ambiental. A sua conservação, ordenamento e criação de novas zonas florestais e agroflorestais potenciam a proteção dos solos, das nascentes, o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais, minimizando as vulnerabilidades decorrentes das alterações climáticas.

Observações e sugestões específicas

	Observação	Sugestões de melhoria
Tabela 5.1 Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação da 2rPDM_ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico	<p>Considerando que a Floresta e meios naturais e seminaturais ocupam 34,28% do território do concelho de Vila do Porto e a nível regional, Região Autónoma dos Açores, essa ocupação é de 42,60%, segundo os dados do COSA de 2018, somos do entendimento que se deve criar um indicador no critério de avaliação “Áreas naturais e ecossistemas”, do fator de sustentabilidade “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais” que responda à perda de área florestal por alteração de uso/transformação/Desflorestação de terrenos florestados para outros usos, que de certo modo enquadre as medidas a prever no regulamento sob o ponto de vista da manutenção e incremento dos serviços ecossistémicos da floresta que numa visão holística garantem a sustentabilidade do território.</p> <p>No indicador “Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)”, do fator de sustentabilidade Recursos Naturais, alerta-se que pode ser utilizado para esse fim a Carta de Ocupação do Solo 2018 (COSA 2018) e o Inventário Florestal de 2007 (sendo que a 1.ª fase do 2.º IFRAA na ilha de St. Maria encontra-se em fase final de validação de campo).</p>	<p>Propomos que a equipa sugira um indicador na Tabela 5.1, no Fator de sustentabilidade “Recursos Naturais”, do Critério de Avaliação “Recursos agroflorestais”, que avalie as ações de desflorestação no concelho, como por exemplo a dimensão ou proporção (face à área florestal do concelho) da área sujeita a transformação/alteração de uso de solo florestado para outros usos no período de vigência do PDM.</p>
Tabela 5.2 Matriz de articulação dos temas ambientais definidos na legislação e dos fatores de sustentabilidade propostos para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto	<p>A Matriz de articulação dos temas ambientais definidos na legislação e dos fatores de sustentabilidade propostos para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto encontra-se na Tabela 5.4. Considera-se que a importância da Floresta, enquanto indispensável recurso natural para regularização do ciclo hidrológico, controlo da erosão do solo, combate às alterações climáticas e sequestro do carbono e outras, encontra-se implícita no fator de sustentabilidade dos Recursos Naturais. Assim, verifica-se que na tabela 5.4. existe essa conexão entre este fator com os fatores ambientais nos quais a floresta desempenha a sua função fundamental.</p>	

II – Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade (Capítulo 5 do RDA)

O Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e as respetivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, fazem referência genérica a um conjunto de temas ambientais a considerar na avaliação dos eventuais efeitos significativos do plano/programa objeto de uma AAE. O ajustamento destes temas face à natureza e conteúdo da 2rPDM_ViladoPorto e do Quadro de Referência Estratégico identificado resultou na proposta de um conjunto de fatores de sustentabilidade, bem como dos respetivos critérios de avaliação, objetivos e indicadores, que permitirá estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica do plano.

Tabela 5.3 Matriz de articulação entre os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e os fatores de sustentabilidade	Nada a referir.	
Tabela 5.4 Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade	A Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade é apresentada na Tabela 5.5.	
Questões Estratégicas Ambientalmente Sustentáveis	Nada a referir.	
Fatores Transversais de Sustentabilidade	Atendendo à importância florestal e a sua transversalidade nos diversos fatores de sustentabilidade e dadas as competências desta Direção Regional, entende-se que a Direção Regional dos Recursos Florestais deve constar na Tabela 5.7.	Propomos aditar no quadro 5.7 a Entidade: Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF), com as competências de manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível das políticas de ordenamento florestal, e acompanhar a fase de monitorização do Plano.

III – Outras Observações		
Capítulo RDA	Comentário	Sugestões de melhoria
Capítulo 2: Objetivos e Metodologia	Nada a referir.	
Capítulo 3: Objeto de Avaliação	Adicionar um ponto fraco e duas oportunidades na Tabela 3.1._Diagnóstico prospetivo (SWOT)	<p>Propomos que se insira:</p> <p>Ponto Fraco:</p> <p>1. “Reduzida oferta no mercado de empresas com mão-de-obra especializada em silvicultura e exploração florestal, bem como em aconselhamento florestal.”</p> <p>Oportunidades:</p> <p>1. “Atendendo que o sector da produção florestal no concelho de Vila do Porto encontra-se pouco explorado, facto que poderá representar uma potencialidade para o concelho, em termos económicos e sociais com a criação de riqueza e emprego, respetivamente, e em termos ambientais por todos os benefícios intangíveis que as florestas oferecem enquanto produzem;”</p> <p>2. “Existência de medidas de apoio para investimento florestal e silvo-ambientais e climáticas ao abrigo do Eixo E do PEPAC: florestação de terras agrícolas; implantação, regeneração ou renovação de sistemas agroflorestais; melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais; melhoria do valor económico das florestas; compromissos silvoambientais. Medidas de apoio estas que potenciam um incremento das áreas ocupadas por espaços florestais.”</p>
Capítulo 7: Consulta a entidades e participação pública	Nada a referir.	

A Equipa da AAE da 2rPDM_ViladoPorto agradece a V/ colaboração

**Matosinhos**

R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa

Av. António Augusto de Aguiar
nº15 – 5º Dto
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
lisboa@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt